

Stuart Hall e ética na obra: identidade cultural na pós-modernidade*

Frederico Rodrigues de Menezes^a ■ Lindisley Ferreira Gomides^b ■ Bruna Soares de Souza Lima^c

Resumo: Diversas observações do sociólogo e ativista jamaicano Stuart Hall fundamentaram a alteração do pensamento social acerca de classes, gêneros e a política do Reino Unido entre as décadas de 1960 e 1990. Assim, trabalhos como os de Hall sugerem reflexões questionáveis acerca da conduta humana, uma vez que, dissociada do respeito à diversidade própria, age no sentido contrário a coexistência. O estudo em questão apresenta as contribuições para o desenvolvimento do pensamento ético e sua relação com as culturas, tradições e identidades, embasadas nas proposições do sociólogo em uma análise exploratória da obra intitulada “Identidade Cultural Na Pós-Modernidade”. Por fim, foram observados apontamentos indispensáveis das perspectivas de Hall para a ética, que tiveram início desde o conceito de integração social até o período híbrido contemporâneo, sobretudo, através de características da estruturação pública no engendramento ético como produto indispensável na formação de qualquer sistema coletivo de seres humanos, ainda que seja possível observar uma transformação ética visivelmente mutável ao longo da história.

Palavras-chave: ética; sociologia; interculturalidade; Stuart Hall

Recibido: 05/01/2024 **Aceptado:** 16/08/2024 **Disponible en línea:** 24/10/2024

Cómo citar: Rodrigues Menezes, F., Ferreira Gomides, L. & de Souza Lima, B. S. (2024). Stuart Hall e ética na obra: identidade cultural na pós-modernidade. Revista *Latinoamericana De Bioética*, 24(2), 53-66. <https://doi.org/10.18359/rlbi.6611>

* Artigo de reflexão.

- a** Farmacêutico, doutorando, Programa de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Pública, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Email: fredericorodriguesmenezes@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7674-3252>.
- b** Farmacêutica, doutora, docente do programa de Ensino em Ciências da Saúde e do Ambiente, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP). Ponte Nova-MG, Brasil. Email: lfergomides@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0296-7667>.
- c** Bióloga, doutora, docente do programa de Ensino em Ciências da Saúde e do Ambiente, Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP). Ponte Nova - MG, Brasil. Email: brunasoaresl@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3199-1455>.

Stuart Hall y ética en el trabajo: identidad cultural en la posmodernidad

Resumen: Varias observaciones del sociólogo y activista jamaicano Stuart Hall sustentaron el cambio en el pensamiento social sobre las clases, los géneros y la política en el Reino Unido entre los años 1960 y 1990. Así, trabajos como el de Hall sugieren reflexiones cuestionables sobre la conducta humana, desde entonces dissociada del respeto por su propia diversidad, que actúa en dirección opuesta a la convivencia. El estudio en cuestión presenta aportes al desarrollo del pensamiento ético y su relación con las culturas, tradiciones e identidades, a partir de las propuestas del sociólogo en un análisis exploratorio de la obra titulada *Identidad cultural en la posmodernidad*. Finalmente, se observaron apuntes indispensables desde las perspectivas de Hall sobre la ética, que partieron del concepto de integración social hasta el período híbrido contemporáneo, sobre todo, a través de características de la estructuración pública en el engendramiento ético como producto indispensable en la formación de cualquier sistema colectivo de seres humanos, aunque es posible observar una transformación ética visiblemente cambiante a lo largo de la historia.

Palabras clave: ética; sociología; interculturalidad; Stuart Hall

Stuart Hall and Ethics at Work: Cultural Identity in Post Modernity

Abstract: Jamaican sociologist and activist Stuart Hall made significant contributions to shifting social perspective on class, gender, and politics in the United Kingdom between the 1960s and 1990s. Hall's works raise critical questions about human behavior, especially when it diverges from respect for diversity and undermines coexistence. This study explores Hall's contributions to ethical thought and its relationship with culture, tradition, and identity, through an exploratory analysis of his work *Cultural Identity in Post Modernity*. The analysis highlights Hall's key perspectives on ethics, tracing his insights from the concept of social integration to the contemporary hybrid period. His work emphasizes the structuring of public life through ethics as a fundamental component of any collective system. Despite this, Hall's observations underscore the ongoing transformation of ethical norms throughout history.

Keywords: Ethics; Sociology; Interculturality; Stuart Hall

Introdução

Stuart Hall (1932 – 2014) foi um sociólogo jamaicano que viveu no Reino Unido após ganhar uma bolsa de estudos para a universidade de Oxford, em 1951. Tornou-se influente como editor da revista *New Left Review* e, em 1960, foi o primeiro pesquisador convidado a integrar o recém-criado Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham. Em 1979, lecionou na *Open University*, onde, após a vitória de Margaret Thatcher nas eleições, passou a integrar órgãos públicos. De 1997 a 2000 serviu na Comissão *Runnymede*, que avaliava questões multicêntricas locais. Hall presidiu o Instituto Internacional de Artes Visuais e o *Autograph*, e os seus trabalhos na área sociológica modificaram o método de pensamento sobre imigração, cultura nacional e integração da população negra, sobretudo no seu país de atuação.

O pensamento sociológico, descrito por Hall na obra referenciada neste trabalho, reflete sobre os princípios de ética e suas problematizações. A ética é definida por aplicar princípios morais ao ser humano na reflexão de suas condutas e finalidades, das quais a autonomia e liberdade são essenciais para o exercício social (1). O dicionário *Houaiss* define ética como: conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade (2).

Relembrando o conhecimento Confucionista tradicional do século I a.C, em “*Os Analectos*” (3), os títulos morais, conquistados por cultivo e treinamento de inúmeras virtudes, possibilitariam ao homem a excelência social, a capacidade de benevolência e a prática de ser um bom filho, exemplos indispensáveis para a obtenção do título moral de cavalheiro.

Em vista disso, conforme afirma Cortella (4), seria impossível pensar em ética sem convivência, coexistência ou proteção da dignidade coletiva. Como seres humanos, compartilhamos características que nos distinguem dos animais, como racionalidade, capacidade de criação e reflexão. Neste conceito, a equidade humana deve ser preservada. Ainda sob suas percepções, em níveis atuais, a propagação de

valores éticos se distorce pela vontade de atores de algumas instituições.

Os pensamentos do sociólogo Stuart Hall, que integram as mudanças cronológicas e estruturais das sociedades, culturas, identidades e suas percepções, aplicam-se também à ética, e essa incide no aprofundamento reflexivo das práticas exercidas. Desse modo, podemos considerar que, além da reflexão que permuta as condutas, a ética pode ser tratada como produto social e globalizante, tornando necessário pensar acerca das transformações as quais estamos sujeitos quando constituímos a identidade de certa cultura, grupo ou nação.

Segundo Hall, quando falamos de identidade, percebemos o declínio do pensamento tradicional e o conseqüente surgimento de novas identidades fragmentadas, indefinidas e principalmente descentralizadas. As sociedades modernas são, essencialmente, sociedades de mudanças consistentes e constantes. Hall contextualiza, historicamente, o pensamento de identidade social por meio de “sujeitos”.

Muito se conhece sobre o trabalho de Stuart Hall e seu pensamento social. Entretanto, o conhecimento sobre a sua aplicação no contexto da ética e das práticas exercidas pelos sujeitos que integram esses grupos sociais ainda é mínimo. Com intuito de responder a essa questão, a presente pesquisa apresenta como objetivo principal correlacionar a potencialidade da ética como produto alterável mediante o tempo presente, estudando as transformações das sociedades por meio da obra “A identidade cultural na pós-modernidade” (5), na qual o conteúdo descrito em categorias pode esclarecer problemas éticos interculturais.

Metodologia

O presente estudo é descritivo, de caráter qualitativo, no qual aborda a interpretação de conteúdo do livro de Stuart Hall em relação à ética e suas transformações. Além dessa obra, foi realizada uma busca nas bases de dados *Scielo*, *Pubmed* e *Biblioteca Virtual em Saúde* (BVS) com os descritores: Ética (*Ethics*) e Interculturalidade (*Interculturality*), separados pelo indexador booleano “And” em datas posteriores à 2019. Foram encontrados

um total de 92 artigos que atendiam as propostas de descritores, no entanto, houve o refinamento por: a) estudos com seres humanos, b) artigos com

textos em português e disponíveis e c) propostas semelhantes ao pensamento de Hall, resultando em quinze artigos.

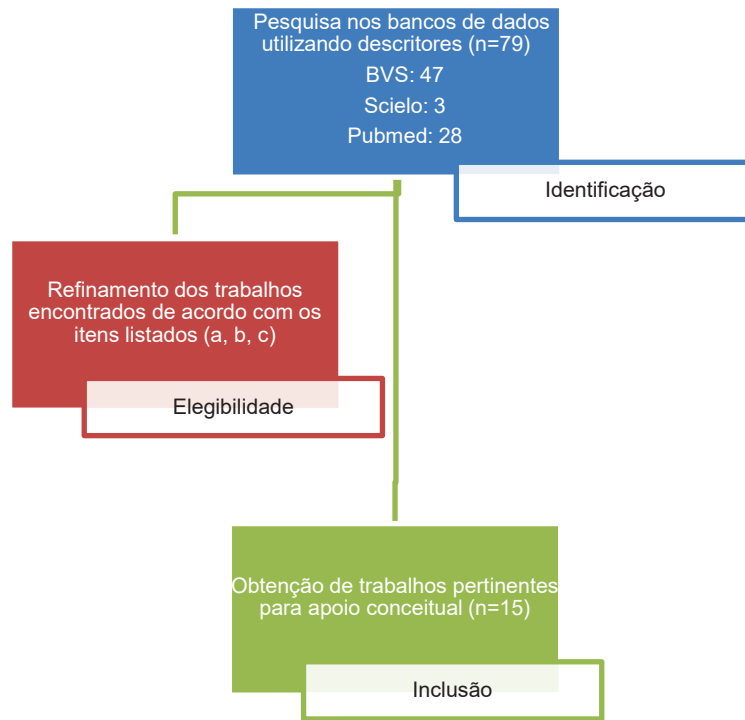


Figura 1. Fluxograma de inclusão de estudos utilizados

Fonte: elaboração própria.

Além disso, os seguintes pressupostos foram utilizados como base estimuladora para o desenvolvimento deste trabalho:

- A Bioética, campo específico da grande Ética, em seu percurso de construção teórica, institucional e normativa, não tem conferido ênfase aos conflitos culturais (6), a despeito de inúmeras situações difíceis, que envolvem elementos culturais, nas mais variadas regiões do planeta (7, 8);
- O mundo é o suporte de vida e da existência da raça humana. É o lugar, o contexto, a realidade objetiva. O mundo, como o ser humano, também é inacabado e, por consequência, toda ação humana pode humanizar ou desumanizar o mundo. É no mundo que se realiza a história, que se estabelecem as relações e onde os seres humanos agem e fazem cultura (9, 10);
- A formação da mentalidade humana que influencia o campo valorativo do indivíduo é construída, em grande parte, pela simbologia cultural. Os preceitos éticos e morais são elaborados mediante a visão de mundo cultural arraigada pela vivência de cada um. A experiência cultural age de modo tão profundo na formação da identidade coletiva e individual que o sujeito enraizado em uma cultura pode, em certo momento, assumir que somente aquele modo de vida faz sentido para seus membros (11).

Após a leitura, foram estabelecidas as relações iniciais da concepção de sociedade perante os aspectos éticos possíveis. Em segunda instância, foi avaliada a percepção dos contatos interculturais e os limites para o respeito mútuo. Em um terceiro momento, foi realizada a análise dos caminhos da

ética perante a posição das culturas contemporâneas, indicando, finalmente, uma proposta intervencionista através da pedagogia.

Desenvolvimento

Assunção de identidades e alterações geradas pela globalização

“A identidade cultural na pós-modernidade” (5), obra escrita por Stuart MacPhail Hall - publicada pela primeira vez em 1992 com o título “*The question of cultural identity*” - identifica as subjetividades responsáveis pela transformação do sujeito em sujeito pós-moderno, desprovido de identidade fixa essencial e moldado pela inconsistência das múltiplas culturas em pleno convívio, por consequência dos avanços tecnológicos.

A princípio, o ser humano estabelece sua capacidade racional como modelo plausível para explicar os fenômenos da natureza. Porém, como defendido por Descartes (12), tais proposições não são suficientes para o esclarecimento dos mais variados acontecimentos, na obtenção de verdades mais aceitas ou na distinção do que é real/imaginário. Logo, devido à pluralidade social, o indivíduo foi forçado a refletir sobre o seu poder frente aos episódios do ambiente, e assim, as interações culturais e a percepção dos mecanismos empíricos na produção do conhecimento começaram a moldar parte do pensamento da representação pessoal perante a sociedade.

O sujeito da antiguidade, portador de apenas uma identidade fixa, se altera gradativamente até seu ápice na pós-modernidade. Portador de múltiplas identidades sem permanência ou prioridade, com assunções distintas, em momentos diferentes e sob influência de sistemas de representação cultural que se multiplicam cada vez mais, o sujeito pós-moderno se identifica com diversas possibilidades de adaptação, mesmo que temporárias, como cita Hall:

[...] *O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades*

contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identidades estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é porque apenas construímos uma cômoda história sobre nós mesmos, ou uma confortadora “narrativa do eu” (p. 13) (5).

Nesse momento, questões como: quais são os feitos possíveis e atingíveis que podem emergir sob o encantamento de certas representações culturais? Uma identidade baseada em más condutas pode conduzir indivíduos a atos maléficos? De qual modo seria possível a desvinculação de um modelo baseado nesses princípios?

A caracterização do sujeito e do espaço ocupado por ele, em determinado momento, pode enaltecer ou contradizer princípios éticos e os problemas que se estabelecem a partir de então podem ser de difícil manejo. Isso porque sujeitos pertencentes a culturas e identidades diferentes podem facilmente entrar em conflito. Esses conflitos, mediados por sujeitos que se identificam ou personalizam as práticas de certos grupos, podem extrapolar limites do convívio humano.

Como exemplo desse cenário, há o relato de Sophie Kasiki, no livro “*Danslanuit de Daech*” (13), no qual descreve seus dias em meio ao Estado Islâmico. A assistente social, anteriormente moradora do subúrbio francês, auxiliava três jovens franceses que se juntaram a um grupo extremista jihadista, associação que assumiu a autoria de diversos ataques terroristas na região europeia, sendo conhecida por práticas de execução e violência em todo mundo.

Após definir os tipos de sujeitos, Hall identifica os impactos da evolução de forma sistemática, e que, segundo ele, as relações sociais são de mudança constante, rápida e permanente. O regime de modernização, sobretudo na modificação das relações humanas, conduz à transformação de princípios fundamentais - éticos, morais ou de valor - que transpassam a relação de espaço-tempo. Sob esse olhar, há a descentralização dos costumes tradicionais, sobrepostos por tendências pouco definíveis.

A indefinição do sujeito corrobora em um mundo onde várias partes do globo estão em conexão,

onde transformações sociais atingem virtualmente cada canto do planeta por meio de novas tecnologias de comunicação. De certo modo, há um remodelamento do critério de se interpretar as relações humanas contemporâneas. Assim, uma vez que um problema ético é discriminado e incorporado por múltiplos sujeitos, pertencentes a muitos grupos com valores definidos e distintos, o desfecho se torna extremamente complexo (14).

Para elucidar essa questão, a trama descrita no filme estoniano “*Mandariinid*”, dirigido por Zaza Urushadze, propõe uma reflexão sobre o tema. A história ocorre no início da década de 1990, durante a guerra da Abecásia em função da dissolução da União Soviética após a Guerra Fria. Durante um conflito entre chechenos e georgianos, o fazendeiro Ivo abriga Ahmed (checheno) e Niko (georgiano) em sua residência, ambos feridos. A partir de então, são descritas diversas desavenças culturais e ideológicas que forçam a reflexão sobre as relações culturais entre dois indivíduos pertencentes a nações opostas em guerra, confinados sob o mesmo teto, originados de culturas diferentes, com hábitos e práticas extremamente distintas e que devem se respeitar perante o anfitrião é de fato enredo para uma grande história que demonstra ativamente a função da ética e do respeito na sociedade pós-moderna.

Sentimento de pertencimento e as narrativas de cultura

A transição histórica do pensamento e identidade do ser humano se deu por vários motivos, e Hall aborda a transformação sob o novo caráter individualista, inserido na vida humana. Por esse meio, o sujeito soberano, nascido entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, rompeu relações importantes com o passado. Nesse período, o caminho da dúvida conduziu Descartes, por exemplo, a estabelecer uma moral provisória, baseada em recomendações. Obedecer às leis e costumes do país, manter a religião e a fé em Deus, guiar-se pelas opiniões mais moderadas e aceitas pela prática, evitar excessos e cultivar o bom senso são bons exemplos.

No entanto, à medida que as sociedades se constroem sob grandes bases de complexidade, por consequência, adquirem características sociais de coletividade. O Estado se torna responsável pelo direito de democracia individual e sua composição, tornando o cidadão um componente estrutural de maquinarias burocráticas e administrativas, ou seja, a geração mais social do sujeito.

O questionamento sobre a definição do sujeito moderno no âmbito da sociedade, proposto por Marx (15), pode ser articulado com a reflexão das práticas morais exercidas por esse mesmo sujeito indefinido. Em outras palavras, aquele que não se define, conscientemente ou não, na estruturação de bases responsáveis pelas relações humanas, dificilmente poderá julgar atos precedidos por seus iguais.

Considerando ainda os descentramentos do sujeito moderno, existem fatores que incidem ativamente em suas práticas morais, como, por exemplo, o rigor disciplinar das instituições, visão defendida por autores como Saussure (16) e Foucault (17).

Por fim, a nomeação de grupos com identidades bem definidas, que postulam por seus direitos frente à dicotomia social – como o Feminismo –, exige a elevação do pensamento tradicional no manuseio de artimanhas necessárias para o cumprimento da responsabilidade do estado no bem comum.

Após a identificação dos fatores responsáveis pelo fim do sujeito moderno, Stuart Hall atua na identificação das culturas nacionais sob efeitos da representação:

[...] *O argumento que estarei considerando aqui é que, na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós sabemos o que significa ser inglês devido ao modo como a “inglêsidade” (Englishness) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos”* (p. 49) (5).

A cultura nacional, muitas vezes imposta por um senso comum, produto midiático ou de representação própria, carrega implicações de conduta,

considerando a sua interpretação. O posicionamento acerca de práticas que foram exercidas por sujeitos que, por exemplo, residem e vivenciam uma cultura de costumes distintos, pode gerar discussões complexas.

Apesar disso, houve benefícios na criação dessas culturas, como padrões de alfabetização universais, obtenção de uma língua vernacular e um sistema de cultura nacional, que outrora, se tornou um combustível essencial para a produção industrial sinérgica à modernidade.

O sentimento de pertencimento a uma cultura produz sentidos sobre si e, posteriormente, uma identidade. Esses sentidos, de acordo com Hall, são contados a partir de uma “narrativa da cultura nacional” subdividida. Primeiramente, ela é originada a partir de literaturas, mídia, histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos, símbolos, experiências e rituais. Somos compelidos pela comunidade imaginada a não questionar a realidade e, assim, formamos um problema que, inevitavelmente, nos prende ao passado. A instauração de políticas, leis e demandas de caráter valorativo, que respeitem a diversidade e os primórdios culturais existentes em determinada região devem, sobretudo, estar fixos em bases sólidas de autenticidade, e não enraizadas em consagrados discursos manipulados e soltos.

Em segundo lugar, a imaginação de culturas nacionais, como consistentes e imutáveis ao longo de todas as mudanças externas do tempo, torna-se uma asserção inimaginável diante das alterações que a diversidade apresenta. A aceitação de uma cultura como parte da identidade de um povo de forma inquestionável significa padronizar mecanismos responsáveis por gerir padrões de vida. Da mesma forma, renegar as transformações elaboradas pela modernização que incidem nestas culturas pode, no mínimo, reduzir sua capacidade de existência.

A terceira narrativa mencionada por Hall é chamada de invenção de tradição. Nesse cenário, há tradições que parecem ou alegam antiguidade com o objetivo de inaugurar certos valores ou normas de comportamento social. Conjecturar sobre a manipulação subversiva de origens étnicas,

culturais, políticas e religiosas pode ser inquietante perante a perspectiva ética. A continuidade de uma inverdade cultural transfigurada de tradição pode converter a natureza das relações sociais a posteriori.

Em quarto lugar, pode ser citado o mito fundacional. Tradições remodeladas tornam os desastres ou fracassos de certas nações, estados, cidades ou regiões “inteligíveis”. Há o fornecimento de uma fábula, responsável por romper com os laços vergonhosos que circundam estes locais.

A quinta narrativa de Hall apresenta um povo ou *folk* original, mas que na conformação do desenvolvimento nacional são pouco representativos. A presença das tribos indígenas no arranjo organizacional da civilização brasileira moderna é um exemplo que ilustra este pensamento.

A proposta de cultura nacional e suas incorporações manipuláveis são praticadas em tempos pós-modernos para reviver o nacionalismo. A significação cultural descrita por uma nação rotula seus cidadãos pelo “bem comum” e esses cidadãos podem, portanto, participar ativamente do exercício de patriotismo. O presidente estadunidense Donald Trump se expressa ativamente por meio de redes sociais com um clássico exemplo desta significação cultural, impostas claramente em declarações conservadoras acerca de imigrantes em seu país.

Ética aplicada às sociedades híbridas pós-modernas

Em uma de suas principais obras, Aristóteles (18) afirma que a ética é responsável por definir a finalidade suprema de todas as coisas, como principal meio de alcançá-las na justa excelência entre os extremos, ou seja, na exata mediania. Essa concepção eudaimonista deve agir em conformidade com o bem que, no caso, excetuará aqueles que não fossem dotados de prudência e hábito do exercício. Porém, a ética não tem a estrita função de esclarecer e fundamentar a moralidade, ela executa suas descobertas nos mais diversos campos da esfera social sob domínios da ética aplicada (19), no espectro individual, ou na coletividade de grupos, sociedades e culturas.

Nesse sentido, Hall explica que, apesar de as culturas nacionais terem o objetivo de unir todas as identidades culturais, independente de classe, gênero ou etnia, existe uma dúvida pertinente em relação à lealdade, universalização e identificação simbólica dessa união. Isso porque essas mesmas culturas foram unificadas, principalmente por meio de uma conquista agressiva, ou seja, pela supressão de uma cultura dita como inferior.

Na sequência, a própria composição dessas nações é múltipla no que tange às classes sociais, grupos étnicos e de gênero. Em outras palavras, a interposição de costumes, de percepções acerca do modo de se viver ou práticas morais circundam toda junção cultural proposta. Por meio dessa afirmação, culturas inferiores ou colonizadas se moldavam reprimindo as próprias origens e costumes para seguirem de tendências mais aceitas.

Hall destaca a diferença das identidades como sendo a característica primordial na criação de culturas. Sendo assim, a utilização do termo “um único povo” é infundável, quando atributos de língua, religião, costumes, tradições e sentimentos são discutidos dentro de uma única nação.

Na perspectiva ética, as questões culturais não podem ser desvistas como influentes, tampouco podem servir de escusas para a justificação da violação dos direitos humanos. Sob o enfoque intercultural, a prática dialógica não denota simplesmente de artifícios necessários para a construção do entendimento exato de palavras, mas a transmissão de princípios ou símbolos que sejam responsáveis pela cosmovisão de outra cultura. Apesar de inúmeras diferenciações culturais dispostas em uma única região, há uma cultura de humanidade, fundamentada perante princípios centrais, que regem toda a espécie humana. A utilização de valores morais centrados no convívio social é inescusável na instauração de uma sociedade íntegra.

Métodos consideráveis de conexão de extrema velocidade circundam a sociedade pós-moderna. Assim, ainda que constituídos por formas de representação, a sociedade se encontra cada vez mais vinculada às tendências globais. Padrões ocidentais podem ser encontrados em países orientais e

vice-versa e, por meio deste processo, são capazes de enfraquecer as culturas tradicionais.

A utilização de artifícios tecnológicos que aproximam aqueles que estão distantes parece distanciar aqueles que estão próximos. O enfraquecimento das relações e das práticas dialógicas, assim como o desejo de exibir a felicidade em situações diárias motiva multidões. Há uma destituição dos valores tradicionais que outrora foram responsáveis pela união dos povos.

Uma vez que o bombardeamento cultural, com característico consumo, incide em culturas nacionais, a conservação de identidades culturais decai gradativamente. A inclinação pela vitrine global, que estipula com ímpeto estilos, imagens, lugares e histórias, nos apresenta uma gama de identidades, ou como afirma Hall, uma “homogeneização cultural”.

No entanto, existem movimentos contrários a esse como, por exemplo, a negação da interferência global e afeição pelas culturas locais, a distribuição desigual de globalização pelo mundo e o entendimento da veracidade da força que aborda a globalização em todas as regiões, separadamente. Hall destaca, ainda, a imigração como um dos fatores responsáveis pelo compartilhamento cultural. Em alguns momentos, contingentes enormes deixam sua própria nação por motivos distintos, como pobreza, seca, guerra civil ou conflitos religiosos que atormentam a segurança de um povo.

Portanto, não formalizar um pensamento ético, com práticas que desconsiderem a reflexão sobre identidades, tradições, culturas e sociedades, parece inconcebível. A estratificação das relações humanas gera a reflexão sobre a padronização moral, ou seja, a ética é moldada sob pilares removíveis do processo de modernização constante, que tangenciam a raça humana desde sua existência.

Ainda sobre as alterações culturais vivenciadas no período pós-moderno, Hall exemplifica o esforço da cultura inglesa em não ceder sob pressões externas que antagonizam os “valores” nacionais, promovendo seu fechamento. Esse fato gerou a discussão acerca das características que envolvem as identidades locais e a centralidade de um modelo norteador.

As identidades descritas por Hall, assim como a ética, também se modificam cronologicamente. Práticas que hoje são consideradas extremamente antiéticas foram aceitas pela sociedade no passado. Como sugere a obra de Noel Rae: “*The Great Stain: Witnessing American Slavery*” (20), a escravidão até meados do século XIX foi, para muitos, um método compelido aos senhores “cristãos” de exercer as vontades de Deus. Utilizavam a bíblia e seus trechos prediletos em Gênesis IX, 18-27 e Efésios, VI, 5-7 (21) como arcabouço de racionalização.

Stuart Hall explora, no último capítulo de seu livro, as relações de deslocamento de grandes massas populacionais, o fundamentalismo e a consequente alteração das identidades em produtos híbridos. Conforme suas ideias, a fusão de culturas e suas tradições acarretam uma grande discussão, visto que há aqueles que defendem a formação de uma cultura com potencial criativo, e outros que defendem que o hibridismo geraria indeterminação e consequente perigo.

As teorias apresentadas por cada um destes polos, que preconizam a função do hibridismo em tempos modernos, tornam necessária a observação de alguns aspectos. Em primeiro lugar, a união de determinadas culturas influenciadas ou influenciadoras em fluxo sinérgico à modernidade podem acarretar em novas diversificações de práticas, consequentemente, inadequadas. O segundo ponto a ser considerado é a resistência às culturas híbridas modernas, preconizada arduamente pelo conservadorismo que, em certas ocasiões, também pode enaltecer o caráter negativo.

Entretanto, ainda existem aqueles que buscam a reconstrução de identidades purificadas, entre as quais estão o nacionalismo e princípios crescentes do fundamentalismo, referidos por Hall. Em seus pensamentos, nações recorrem à tentativa de unificação de significados étnicos e religiosos para criação de um estado personalizado, ou ainda, recorrem ao absolutismo ortodoxo. Porém, dentro dessas mesmas nações existem aqueles que se identificam ou pertencem a outras identidades.

A identificação desses povos que se reconhecem ou se originam em outra cultura é exemplificada pelo estado da Bahia, no Brasil, e a comunidade

autônoma da Catalunha, na Espanha. Foi evidenciado em estudo que ambas ultrapassaram regimes autoritários e buscam o reconhecimento da cultura tradicional local frente à nação. Contudo, o processo de revitalização de centros históricos catalães foi marcado pela inclusão de moradores, enquanto na Bahia houve a expulsão dos antigos moradores dessas áreas objetivando a prática do turismo (22).

Assim como apresentado por Hall nos problemas relacionados à definição da sociedade e de identidades na era tecnológica, a utilização de técnicas que propiciem a solução mais adequada de problemas éticos ainda é um desafio (23), pois isso é fundamentalmente estruturado na relação humana.

A harmonia intercultural nas relações éticas: intervenção pedagógica

As transformações biotecnológicas do último século apontam a transgressão de limites interculturais jamais experienciados pela humanidade. Essa dita exposição de diferenças entre indivíduos pode ser benéfica quando é considerada apenas uma característica distinta de mútuo respeito. Entretanto, quando há tensão hegemônica entre as partes, a similaridade de espécies é anulada pelo interesse de governança sobre o outro, restringindo seus valores, costumes e direitos. O afastamento de tais possibilidades maléficas englobam o reconhecimento das semelhanças fundamentais do ser humano, responsáveis pelo afastamento das supérfluas discriminações sociais.

Em seguimento do que foi dito, a ética decolonial surge como uma proposta decorrente do terceiro passo de um conjunto de propostas filosóficas que integram o respeito de valores que asseguram a qualidade da vida humana em todos os aspectos morais, interculturais e sociais. Subsequente às teorias de reconhecimento e de desenvolvimento intercultural, respectivamente, a ética decolonial aspira à legitimidade da igualdade de direitos por todos para a construção de uma sociedade pluralista, com inclusão, liberdade e autonomia. A autenticidade de um estado de direito através da ética decolonial instaura requisitos não negociáveis no

fornecimento de direitos equalitários, deixando de lado a proposta de privilégio para aqueles que atuam e crescem em atividades distintas dentre um grande leque de possibilidades (24).

Apesar da caracterização bem disposta no campo teórico, a implementação de um sistema decolonial exige a transformação de diversos campos da *práxis* humana, dentre eles, a educação. Assim, a concepção de um sistema educacional desvinculado da interculturalidade promove a ausência de reconhecimento pela identidade individual, bem como seu protagonismo como parte integrante do processo de aprendizado. Os professores, por sua vez, são desafiados pela desconstrução de práticas monoculturais enraizadas que mantêm o *status quo* e o afastamento de um modelo de emancipação promovido pela pedagogia crítica (25).

Assim como a ética decolonial, a bioética surge como um amplo campo hermenêutico para o investimento pedagógico na construção moral individual para a coletividade, no reconhecimento do cuidado interpessoal onde linguagem, costumes, tradições e predições não são barreiras para a harmonia social. Assim, a bioética estabelece os próprios saberes interculturais pela consolidação de um ambiente construtivista em que o ensinado se reconhece em um espaço territorial para cuidar e ser cuidado, compartilhar e aprender (26).

Em uma experiência de ensino intercultural, Wu e colaboradores (27) descreveram a prática de internacionalização do ensino dentro da disciplina de anatomia, por discentes de medicina e odontologia de doze universidades, com dez países. As abordagens focaram na aquisição de conhecimento por diferenças do sistema de saúde em questão, educação em saúde, ética profissional e leis locais. Segundo os autores, as conferências interculturais ajudaram os alunos na familiarização com as diferenças, além de estimular a consciência acerca da problematização de saúde global em espectros desconhecidos, comum, por exemplo, nos tradicionais esportes e jogos (28).

O exercício de internacionalização promovido no campo educacional não reconhece a ética ou sustentabilidade das relações como principais fatores de preocupação (29). De maneira oposta, os aspectos negativos mais relevantes estão inseridos

no campo da alteração curricular influenciada pelo contato estrangeiro, autonomia docente no processo educacional, bem-estar do aluno sob risco de estereótipos culturais e discriminação social. Entretanto, esses chamados “dilemas” na exposição intercultural de discentes estão direcionados às adequações necessárias pelas instituições de ensino para lidar com as novas perspectivas, barreiras que não devem suprimir os benefícios que os alunos encontram (30).

Em geral, a objetificação simplória dos cuidados em saúde pela caracterização de um corpo físico, com necessidades meramente técnicas e descomplicadas, reduz o possível entendimento de perspectivas essenciais para a obtenção terapêutica em planos de cuidado avançado (31). A Medicina Antroposófica (32), por outro lado, versa acerca de um pensamento holístico-orientado para a compreensão do homem e da natureza, incluindo suas doenças e tratamentos em quatro diferentes níveis (organização física, processos da vida, alma e espírito) e três sistemas constitucionais (sentido nervoso, metabólico e rítmico). De acordo com a proposta, há a aplicação da medicina através de plantas, minerais, animais, cuidados em saúde com banhos, música, pintura, massagens, educação nutricional, meditação e assistência psicossocial.

No entanto, o próprio termo “saúde” se torna amplo e sem definição comum, onde parte do problema decorre profundamente da significância cultural. A exposição de exemplos que deflagrem a necessidade de um ensino mais abrangente, invariavelmente, resulta na pretensão de viabilização de profissionais e serviços com maior capacidade de acolhimento intercultural com compartilhamento de informações relevantes para toda comunidade social (33). As comunidades indígenas, como exemplo, apresentam costumes tradicionais de cuidado em saúde que caracterizam o sentido oposto dos padrões terapêuticos obtidos no desenvolvimento biotecnológico contemporâneo (34).

A dominação histórica dos saberes não eurocêntricos como não pertencentes ao conjunto de mentalidades necessárias para o desenvolvimento da humanidade não terminou com o fim do colonialismo. O conhecimento indígena acerca de cuidados em saúde, por exemplo, foi definido por

palavras como “xamanismo”, “feitiçaria” e “bruxaria”, obras em conjunto do racismo estrutural. Adiante, caso haja a aventura de consideração dessas práticas, um movimento contrário de repúdio é formado para devidamente alocar em um canto obscuro essa atividade por falta de “evidências científicas” (35).

De acordo com Jones, et al. (36), esse contato intercultural com comunidades indígenas, inicialmente, deverá seguir um procedimento de adaptação da equipe para a construção de um relacionamento de confiança com os principais agentes que representam esse público, seguido pelo engajamento do grupo no aprendizado sem fronteiras para conhecimentos que excedem o objetivo inicial da criação desse mesmo grupo. Por fim, a atuação intercultural apresenta desafios na obtenção de autorizações de atuação que envolvem processos governamentais, conselhos de ética da universidade e conselhos tribais, além das habilidades que transcendem o conhecimento empírico e expõem a necessidade de transformação do currículo profissional para o contato humanizado desprezioso (37).

Em suma, as múltiplas dimensões das características sociais humanas, especialmente as não-hegemônicas, revelam um amplo ambiente insustentável para o desenvolvimento moral e ético enquanto os agentes vulneráveis estiverem sob influência de resquícios de uma sociedade colonial. Em alguns momentos, há uma exposição contraditória com o agente vulnerável, onde se “ama o pecador por ser humano, mas odeia-se o pecado enquanto for praticado, mesmo que tal pecado seja parte constitutiva do pecador” (38).

Essa discrepância de gerar um “reconhecimento irreconhecível” é responsável pelo deslocamento de grupos minoritários para um local especificamente destinado ao preconceito socialmente aceito. O exemplo mais lustroso desse fenômeno pode ser observado pelos esforços comedidos de estabelecimento do estado laico, marcado pelo falso pluralismo institucional que falha em equalizar os direitos fundamentais e reforça a marginalização de grupos étnicos inferiorizados e religiões de povos originários. De maneira geral, percebeu-se que o violento preconceito antigamente praticado foi

responsável, conseqüentemente, por revoltas por direitos fundamentais, fator que deu lugar, atualmente, à sutil exclusão velada e silenciosa (39).

A conscientização de unicidade da espécie, cuja percepção sobrepõe o conceito antiquado de segregação ideológica - esta última responsável pela extinção dos modos divergentes de pensar, viver, agir e cultivar - está compreendida em diversos processos que envolvem a transformação do humano individual. Seja pela exacerbação do consumo irresponsável, a presença constante de conflitos armados ou a iminência de problemáticas com potencial extinção, a falta de sabedoria humana para habitar o planeta é notável, nos mais diversos níveis de relação. Assim, a única maneira de reversão sistemática dos apocalípticos cenários prognosticados está associada à desconstrução dos métodos coloniais de existência (40).

A apreensão de conhecimentos coloniais, sobretudo na diferenciação entre os seres humanos, representa a principal lacuna na consciência adormecida do pensamento comum e fundamental. De outra maneira concreta, a principal ferramenta de desconstrução encontra-se em ambientes coletivos de confluência cultural, étnica, religiosa e de identidade. Mas, de forma geral, os conhecimentos valiosos devem ser transmitidos entre a espécie para o bom convívio, respeito, diversidade e preservação das individualidades. Além disso, torna-se imperativo, conseqüentemente, excluir ou transformar todas aquelas propostas que agem no sentido contrário à obtenção da comunidade pacífica (41).

Entretanto, apesar da possibilidade de ensinamento dos fatores fundamentais para a edificação de uma sociedade justa e bem estruturada através da coletividade efetiva, há um agente em contraposição, o humano individual. As idiosincrasias do ser humano individual demonstram, entre outras coisas, a consciência de si mesmo, a determinação de autopreservação, as emoções divergentes e o entendimento dos padrões de vida ou morte. Assim, essas inúmeras características individuais facultam ao homem distintos modos de comportamento para distintos momentos, o que define amplamente a amplitude da valorização moral humana (42).

Portanto, os exaustivos esforços regimentares que, por anos, delimitam as ações coletivas, acabam por não considerar as individualidades morais. Logo, o ser humano característico, supracitado, desloca-se do fundamento de consciente coletivo idealizado para a satisfação conflitante – e evidentemente paradoxal – dos próprios desejos. À vista desse cenário, Kennedy e Kohan (2021) propõem a concepção de um novo relacionamento educacional com crianças e pessoas adultas, através do ensinamento ativo de uma “nova hermenêutica”, encarregada de estabelecer um relacionamento ético distinto em resposta à pressão incessante do neoliberalismo e do capitalismo na proposta de consumo em troca de felicidade (43).

Assim, o ponto de partida para o inevitável avanço de choques culturais, como descrito por Hall, incide em aspectos fundamentais de convivência de uma mesma espécie, que, inevitavelmente, apresenta discrepâncias individuais ínfimas obscurecidas sob formas rudimentares de consciência sobre localização, costumes, culturas e valores. Aspectos, esses, superáveis para a demonstração da realidade concreta, que a coerência existencial humana está originalmente atrelada ao desenvolvimento coletivo, respeitoso, digno e multicultural (44).

Considerações finais

As proposições de Stuart Hall acerca do funcionamento das sociedades e a própria distinção das

identidades individuais no tempo pós-moderno torna necessária a reflexão de práticas morais como proposta de sustentação da diversidade humana. Imaginar a interação social de um grupo de pessoas, independentemente do tempo histórico proposto, significa presumir sobre tarefas, direitos e deveres necessários para a sua existência, bem como, sobre a importância da ética intercultural e decolonial. Assim, a análise ética de acontecimentos que marcaram uma era, em momentos posteriores, enaltece a existência de grande público seguidor do julgamento comum, com contribuições positivas ou negativas. Ações que circundam o surgimento do preconceito velado compõem o cenário contemporâneo, motivadas pela capacidade de omissão pelos artifícios que novas tecnologias de comunicação permitem.

Por fim, após a descrição de profusas vertentes e lacunas, a ética, como objeto dialógico e instruível, sustenta a otimização de preceitos necessários para o cumprimento da proteção dos mais vulneráveis, da preservação cultural e da obtenção do bem individual e coletivo frente às injustas alterações temporais. Assim, a imprevisibilidade das identidades contemporâneas faz necessária a aplicação de métodos que respeitem a diversidade cultural e não os juízos de valor com o emprego de estratégias para lidar com problemas éticos que, conseqüentemente, exigem o aprofundamento de ação da pedagogia crítica e maiores estudos.

Referências

1. Koerich MS, Machado RR, Costa E. Ética e bioética: para dar início à reflexão. *Texto Contexto Enferm.* [Internet]. 2005 ;14(1):106-10. DOI: 10.1590/S0104-07072005000100014.
2. Houaiss, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001.
3. Lau DC. *Os Analectos - Confúcio*. Porto Alegre: L&PM Pocket; 2007.
4. Cortella MS. Qual é a tua obra? Inquietações, propositivas sobre gestão, liderança e ética. São Paulo: Vozes; 2007.
5. Hall, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2002.
6. Arpini A. Para la construcción del diálogo intercultural con mirada de género en bioética. *Aportes desde la Ética Social Latinoamericana. Revista de Filosofía y Teoría Política.* [Internet]. 2021; 51: e030, p. 1-16. DOI: 10.24215/23142553e030
7. Albuquerque A. Perspectiva bioética intercultural e direitos humanos: a busca de instrumentos éticos para a solução de conflitos de base cultural. *Actas de Saúde Coletiva.* [Internet]. 2015; 9(2): 9-27. DOI: 10.1590/1983-80422015231048 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422015000100080&lng=en
8. Carvalho RRP, Albuquerque A. Desigualdade, bioética e direitos humanos. *Rev. Bioét. (Impr.)* [Internet]. 2015; 23(2): 227-37. DOI: 10.1590/1983-80422015232061

9. Freire, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes; 1980.
10. Dickmann I, Carneiro SMM. Paulo Freire e a educação ambiental: contribuições a partir da obra *Pedagogia da Autonomia*. *Revista de Educação Pública* [Internet]. 2012; 21(45):87-102. DOI: 10.29286/rep.v21i45.334
11. Rotondano RO. Cultura e ética na formação familiar: a poligamia e a sua repressão no ocidente. *Revista Bioética y Derecho* [Internet]. 2016;38: 87-99. DOI: 10.1344/rbd2016.38.17047
12. Descartes R. *Discurso do método*. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2001.
13. Kasiki S. *Nas sombras do estado islâmico: Confissões de uma arrependida*. Rio de Janeiro: Best Seller; 2016.
14. Martorell LB, Nascimento WF, Garrafa V. Redes sociais, privacidade, confidencialidade e ética: a exposição de imagens de pacientes no facebook. *Interface* [Internet]. 2016;20(56):13-23. DOI: 10.1590/1807-57622014.0902
15. Bottomore T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2001.
16. Saussure F. *Curso de Linguística Geral*. 30ª ed. São Paulo: Cultrix; 2002.
17. Foucault M. “Soberania e disciplina”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal; 1979.
18. Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural; 1973.
19. Cortina A, Martínez E. *Ética*. São Paulo: Edições Loyola; 2005.
20. Era N. *The Great Stain: Witnessing American Slavery*. Nova York: Abrams; 2018.
21. The Holy Bible. King James Version. Grand Rapids: Zondervan Publishing House; p. 26-695, 1995. [Internet]. Disponível em: <http://www.gpbca.ca/kjv bible.pdf>
22. Santos AS. Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade. IV *Enecult* [Internet]. 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-01.pdf>
23. Santos IL, Shimizu HE, Garrafa V. Bioética de intervenção e pedagogia da libertação: aproximações possíveis. *Rev. Bioét. (Impr.)* [Internet]. 2014; 22(2):271-81. DOI: 10.1590/1983-80422014222008
24. Arregui M, Larrea G, Olalla T. La ética decolonial y su relación con el Estado de derecho em cuanto a la interculturalidad y la pluracionalidad en el Ecuador. *Revista Científica Uisrael*. [Internet]. 2019; 6(3): 55-70. DOI: 10.35290/rcui.v6n3.2019.121.
25. Santos R, Queiroz P. A complexa relação humana no espaço escolar: o que disciplina, currículo e cultura têm a nos revelar? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. [Internet]. 2021; 102(261): 339-356. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.102i261.4619
26. Fernández A. Sentidos de la formación bioética de enfermeros en un contexto intercultural. *Revista Científica de la Asociación de Historia y Antropología de los Cuidados*. [Internet] 2020.; 24(57): 232-249. DOI: 14198/cuid.2020.57.16
27. Wu A, Noel G, Wingate R, et al. An international Partnership of 12 Anatomy Departments – Improving Global Health through Internationalization of Medical Education. *Annals of Global Health*. [Internet]. 2020; 86(1): 27, 1-14. DOI: 10.5334/aogh.2665
28. Saura S, Zimmermann A. Traditional Sports and Games: Intercultural Dialog, Sustainability and Empowerment. *Frontiers in Psychology*. [Internet] 2020.; 11:590301. DOI: 10.3389/fpsyg.2020.590301
29. West T, Loomer K, Wyatt T. How Diverse Is Your Universe? An Activity for Students to Reflect on Ethnoracial Diversity During Orientation. *The AAMC Journal of Teaching and Learning Resources*, [Internet] 2019.; 15. DOI: 10.15766/mep_2374-8265.10840
30. Brouwer E, Frambach J, Somodi K, et al. Being international is Always a good thing: A multicentre interview study on ethics in international medical education. *Medical Education* [Internet] 2020.; 54(5): 427-435. DOI: 10.1111/medu.14054
31. Inoue M, Rinker C, Vargas-Jackson R. Advance care planning in medicare/medicaid-funded agencies: providing a training in cultural competence. *Gerontology and Geriatrics Education*. [Internet] 2021.; 42(1): 59-70. DOI: 10.1080/02701960.2018.1554567
32. Kienle G, Ben-Arye E, Berger B, et al. Contributing to Global Health: Development of a Consensus-Based Whole Systems Research Strategy for Anthroposofic Medicine. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*. [Internet] 2019; 12. DOI: 10.1155/2019/3706143

33. Strous R, Karni T. Ethics of sharing medical knowledge with the community: is the physician responsible for medical outreach during pandemic?. *Journal Medical Ethics*. [Internet] 2020.; 46: 732-735. DOI: 10.1136/medethics-2020-106348
34. Sarmiento I, Paredes-Solís S, Morris M, et al. Factor influencing maternal health in indigenous communities with presence of traditional midwifery in the Americas: protocol for a scoping review. *BMJ Open*. [Internet] 2020.; 10:e037922. DOI: 10.1136/bmjopen-2020- 037922
35. Melo A, Sant'Ana G, Bastos P, et al. Bioética e interculturalidade na atenção à saúde indígena. *Revista Bioética*. [Internet] 2021; 29(3): 487-498. DOI: 10.1590/1983-80422021293485
36. Jones E, Haozous E, Larsson L, et al. Perspectives on Conducting Research in Indian Country. *Nursing Research*. [Internet] 2020.; 68(6): 488-493. DOI: 10.1097/NNR.0000000000000379
37. Parker M, Pearson C, Donald C, et al. A Community-Based Approach to Developing an Indigenous Ethics Model and Curriculum for Training Health Researchers Working with American Indian and Alaska Native Communities. *American Journal of Community Psychology*. [Internet] 2020; 64(1-2): 9-20. DOI: 10.1002/ajcp.12360
38. Anderson S, Mcguire J. Personal Faith and Professional Ethics: Best Practice with the Families of Sexual and Gender Minority Youths. *Social Work*. [Internet] 2019 64(4): 365-372. DOI: 10.1093/sw/swz030
39. Frizzo G. Negacionismo e ideologia: a atividade teórica nos processos de consciência. *Revista Trabalho Necessário* [Internet] 2023; 21(44): 1–22. DOI: 10.22409/tn.v21i44.57641
40. Kennedy D, Kohan WO. Some ethical implications of practicing philosophy with children and adults. *Childhood and Philosophy*. State Univ of Rio de Janeiro - Center of Childhood and Philosophy Studies [Internet] 2021; 17: 1-16. DOI: 10.12957/childphilo.2021.61025
41. Acham K. Cultural relativity, ethical relativism and the immutability of the human nature: Some considerations on philosophical anthropology. *International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics*. [Internet] 2020; 1(5): 43–66. DOI: 10.48075/aoristo.v3i1.30563
42. Libâneo JC, Silva E. Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*. *Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional*. [Internet] 2020; 30;24(esp. 1): 816–840. DOI: 10.22633/rpge.v24iesp1.13783
43. Rodríguez ME, Fortunato I. Complex bioethics and ecosophy as planetary ethics: contributions from Potter and Morín towards a more humane education. *Revista Tempos e Espaços em Educação*. *Revista Tempos e Espaços em Educação*. [Internet] 2022; 10;15(34): e17918. DOI: 10.20952/revtee.v15i34.17918
44. Martínez JPS, Redondo S. Pluralism versus Pluralization. How the Protection of Cultural Diversity Can Turn Against New Forms of Religious Diversity. *Colombia Internacional*. Universidad de los Andes, Bogotá Colombia. [Internet] 2022; 1;109: 115–137. DOI: 10.7440/colombiaint109.2022.05